



RELISE

## **A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DO PROGRAMA DE FOMENTO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO<sup>1</sup>**

*Marco Antonio Catussi Paschoalotto<sup>2</sup>*

*João Henrique Paulino Pires Eustachio<sup>3</sup>*

*João Luiz Passador<sup>4</sup>*

*Dante Pinheiro Martinelli<sup>5</sup>*

### **RESUMO**

O programa de fomento aos arranjos produtivos locais (APLs) do Estado de São Paulo é uma política pública coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI) que, em conjunto com a Rede Paulista de Arranjos Produtivos Locais, atua como instrumento de desenvolvimento econômico integrado. Devido à importância que os APLs assumem no cenário nacional e local, a recente expansão no estado de São Paulo e a escassez de estudos com foco em políticas públicas de incentivo aos APLs na academia, este artigo visou realizar um estudo sobre a política pública de fomento aos APLs no Estado de São Paulo com o objetivo de explorar e caracterizar o programa de fomento aos APLs do Estado de São Paulo. Para que fosse possível atingir o objetivo, foram utilizados neste trabalho os métodos de estudo bibliográfico e também entrevistas semi-estruturadas com três atores envolvidos no programa em busca de entender como a política pública em questão acontece no ciclo de políticas públicas e também na avaliação administrativa. Os resultados gerados demonstraram a falta de um mecanismo de *feedback* dos atores envolvidos à SEDECTI que, conseqüentemente, levam a falta de informação e monitoramento sobre os resultados da política pública, impossibilitando a realização das avaliações de eficiência e eficácia, determinando em uma quebra no fluxo de informações entre os atores em relação aos objetivos. Como considerações finais, este

---

<sup>1</sup> Recebido em 17/01/2020

<sup>2</sup> Universidade de São Paulo/Universidade do Oeste Paulista. [marcocatussi@gmail.com](mailto:marcocatussi@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade de São Paulo. [jh.eustachio@gmail.com](mailto:jh.eustachio@gmail.com)

<sup>4</sup> Universidade de São Paulo. [jlpassador@usp.br](mailto:jlpassador@usp.br)

<sup>5</sup> Universidade de São Paulo. [danepm@usp.br](mailto:danepm@usp.br)



RELISE

6

estudo identifica a necessidade de se estabelecer indicadores para avaliar as políticas públicas de fomento aos APLs no Estado de São Paulo.

**Palavras-chave:** ciclo de políticas públicas, avaliação de políticas públicas, desenvolvimento local, arranjo produtivo local.

*THE IMPORTANCE OF PUBLIC POLICIES FOR ENCOURAGING LOCAL  
PRODUCTIVE ARRANGEMENTS: AN EXPLORATORY STUDY OF THE  
PROGRAM TO PROMOTE LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENTS IN THE  
STATE OF SÃO PAULO*

**ABSTRACT**

The São Paulo State Local Productive Arrangements (APLs) program is a public policy coordinated by the Secretariat of Economic Development, Science, Technology and Innovation (SEDECTI), which, together with the Paulista Network of Local Productive Arrangements, acts as an instrument of integrated economic development. Due to the importance that the APLs have been assuming in the national and local scenario, the recent expansion in the state of São Paulo and the lack of studies focusing on public policies to encourage APLs in the academy, this article aims to conduct a study on the public policy of Promotion of the APLs in the State of São Paulo with the objective of exploring and characterizing the program of promotion to the APLs of the State of São Paulo. In order to achieve this goal, we used the methods of bibliographic study and also semi-structured interviews with three actors involved in the program in order to understand how the public policy in question occurs in the cycle of public policies and also in the administrative evaluation. The results showed the lack of a feedback mechanism of the actors involved in SEDECTI, which, consequently, lead to a lack of information and monitoring on the public policy results, making it impossible to carry out evaluations of efficiency and effectiveness, determining an information flow failure among actors in relation to the objectives. As final considerations, this study identifies the need to establish indicators to evaluate the public policies for the promotion of APLs in the State of São Paulo.

**Keywords:** public policy cycle, evaluation of public policies, local development, local productive arrangement.



RELISE

7

## INTRODUÇÃO

O estudo de aglomerações produtivas vem ganhando importância a partir da segunda metade do século XX e tem sido motivo de pesquisas cada vez mais frequentes e aprofundadas uma vez que a partir de 1950, aconteceram diversas mudanças que fizeram com que as firmas tivessem que se adaptar e modificar suas estruturas caso quisessem sobreviver dada a nova realidade do mercado (OLIVARES; DALCOL, 2010).

Em relação à importância dada ao tema desenvolvimento local, quando se trata de arranjos produtivos locais, é perceptível o crescimento de interesses tanto públicos quanto privados em relação a esta linha de pesquisa. Neste sentido, observa-se também a preocupação do governo em desenvolver políticas públicas voltadas aos APLs com intenção de aumentar a competitividade dos agentes onde estes arranjos produtivos estão inseridos (OLIVEIRA; MARTINELLI, 2012).

O Governo do Estado de São Paulo através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI), em agosto de 2009, implantou o Programa de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Estado de São Paulo através do Decreto nº 54.654, como política pública estadual que visa o desenvolvimento econômico regional e estadual por meio da descentralização dos aglomerados por todo o estado, mas centralização das empresas locais (SEDECTI, 2014).

No estado de São Paulo, segundo a SEDECTI, existem 24 APLs e 22 aglomerados produtivos distribuídos em mais de 120 municípios, entre eles São José dos Campos (aeroespacial), Franca, Birigui, Jaú (calçados) e Ribeirão Preto (equipamentos médicos e odontológicos), entre outros. Entre 2009 e 2014, a SEDECTI investiu mais de R\$ 7 milhões a fundo perdido para investimento e US\$ 10 milhões em empréstimo junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) (SANTANA; MARQUES, 2014).



RELISE

8

Apesar da importância econômica estadual que os APLs vêm ganhando, ainda existem poucos estudos que demonstram claramente suas características e os impactos gerados pela política pública para seu desenvolvimento. Essa afirmação pode ser observada quando pesquisa-se utilizando a base de dados *Web of Science* (que já abarca a Scielo) e a palavra-chave “Arranjo Produtivo Local” como tópico, o resultado leva a 39 artigos que trabalham a temática de Arranjo Produtivo Local, mas nenhum deles com enfoque em políticas públicas utilizadas pelo governo para seu desenvolvimento.

Portanto, o principal objetivo deste trabalho é analisar a política pública destinada aos arranjos produtivos locais no Estado de São Paulo. Como objetivos secundários deste trabalho também se buscará discutir como está estruturado o Programa de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais do Estado de São Paulo e qual a relação da secretaria de desenvolvimento do estado de São Paulo, o papel dos parques tecnológicos e os arranjos produtivos locais em questão.

Desta forma, este artigo foi estruturado de forma a apresentar primeiramente uma revisão da literatura sobre políticas públicas, desenvolvimento local e arranjos produtivos locais para proporcionar um maior entendimento do problema, passando então para análise dos resultados e, posteriormente conclusões e implicações gerenciais, a fim de responder a seguinte pergunta de pesquisa: “A política pública de fomento a arranjos produtivos locais no Estado de São Paulo cumpre com seu papel dentro do ciclo de políticas públicas?”



RELISE

9

## REFERENCIAL TEÓRICO

### *Políticas Públicas*

Segundo Howlett, Ramesh e Perl (2013), a política pública, também utilizada como o conceito *policy-making*, é a atuação de atores envolvidos por diferentes estímulos focalizando objetivos políticos a serem conquistados por meios também políticos, em um processo que visa à resolução de problemas, ou seja, selecionar as necessidades encontradas e resolvê-las, mesmo que não seja da melhor maneira. Todo este processo envolve uma articulação dos objetivos políticos por meio de debates e discussões, além da utilização de mecanismo políticos para alcançar esses objetivos (JORDAN; TUMPENNY, 2015; SECCHI, 2010).

A partir do entendimento do que é política pública, pode-se compreender melhor como ocorre o processo de política pública, ou seja, o ciclo das políticas públicas. Para Howlett, Ramesh e Perl (2013), o ciclo de políticas públicas está relacionado com a resolução de problemas, como é visto no modelo exibido pela figura 1:

Figura 1 - Ciclo de Políticas Públicas e sua relação com a resolução de problemas



Fonte: Howlett, Ramesh e Perl (2013).



RELISE

10

O modelo de Secchi (2010) contém as mesmas etapas daquelas apresentadas pelo modelo acima, apenas diferenciando-se em dois momentos. A “formulação da política” colocada acima como uma etapa é dividida em duas: formação da agenda e formulação de alternativa. A outra mudança está no acréscimo de uma etapa final, que é a extinção de uma política pública.

Para fins de alcançar o objetivo deste trabalho, o foco será dado na etapa de avaliação da política pública. Este processo contribui para o ciclo ao: agregar as informações sobre o problema e a solução de determinada política pública; solucionar os mitos relacionados a esse problema e suas soluções; desenvolver novos indicadores sobre a eficácia da política; e demonstrar aos atores envolvidos na política as adjacências provindas destes novos indicadores (JANUZZI, 2012; WU, et.al., 2014). A avaliação da política pode ser dividida em três tipos, dependendo da área de atuação dos atores envolvidos: Avaliação administrativa; Avaliação judicial; e Avaliação política. A avaliação administrativa é utilizada pelo governo, algumas vezes por órgãos especiais de avaliação de políticas, e compreende basicamente por avaliar a prestação eficiente dos serviços públicos e se os gastos realizados para tal foram compensados. Essas avaliações administrativas podem ainda dividir-se em avaliações de processo, do esforço, do desempenho, da eficiência e da eficácia. A avaliação judicial não trata de analisar a eficiência do governo, gastos e demais competências administrativas, e sim de confrontar as ações políticas implementadas pelo governo e os princípios presentes na Constituição do Brasil ou outras normas estabelecidas em lei, ou seja, a avaliação judicial compreende analisar se as ações do governo estão em conformidade com a Lei. E por fim a avaliação política, diferentemente das outras ações, não possui um caráter técnico ou normativo, e pode ser realizada por qualquer um que esteja interessado em analisar uma política pública, colocando nela rótulos de sucesso e insucesso a partir de sua visão ideológica ou política (muitas vezes



RELISE

realizada por *think tanks*) (JORDAN; TUMPENNY, 2015; HOWLETT, RAMESH e PERL, 2013).

### *Desenvolvimento Local*

A partir da Constituição de 1988, visando combater a centralização incorporada ao estado pelo regime militar, a descentralização ganhou grande relevância na agenda governamental, na qual os municípios ganharam muitas atribuições (ABRUCIO, 2007). Neste sentido, Gorayeb (2002) defende que as políticas públicas descentralizadoras são ações incorporadas ao estado e focalizadas em aglutinações setoriais para micro, pequenas e médias empresas, desde que atendam alguns critérios: as políticas devem corresponder às necessidades próprias das empresas apenas em nível local; a criação dessas políticas deve estar a cargo ou contar com participação de agentes locais por conhecerem suas necessidades próprias; os agentes locais públicos devem atuar nos projetos das localidades, sendo interessante também a participação de um agente neutro nas relações de negociação; e por fim o incentivo à cooperação das empresas locais deve ser apoiado pelos mesmos, pela população e agentes públicos locais.

O desenvolvimento regional é um processo endógeno que ocorre em unidades territoriais. Tal processo é capaz de desenvolver características não só de cunho econômico, mas também social como a melhoria da qualidade de vida da população. O desenvolvimento regional, portanto, ajuda na mudança das bases econômicas e também na organização social local (BUARQUE, 1999) contribuindo para o desenvolvimento das capacidades e potencialidades específicas (OLIVEIRA; MARTINELLI, 2012).

A dimensão econômica que se dá, segundo Mattos (2008), de uma produção específica, com qualidades de fazer com que os empresários locais utilizem de maneira eficiente os meios de produção de forma a garantir-lhes



RELISE

12

produtividade e assegurar-lhes competitividade. Em relação à dimensão sociocultural, o autor aponta a interação entre os agentes econômicos e sociais de maneira que se integram às instituições locais formando um profundo sistema de relações, que acabam por incorporar os valores da sociedade ao processo de desenvolvimento. A dimensão política, neste contexto, se materializa por meio de iniciativas locais, possibilitando a criação de um entorno local que incentiva a produção e fortalece o desenvolvimento (OLIVARES; DALCOL, 2010).

Os arranjos produtivos locais, segundo Oliveira e Martinelli (2014), têm como principais características a proximidade territorial de atores econômicos, políticos e sociais. Salientam também que a proximidade geográfica desses integrantes faz com que seja desenvolvido o acesso a conhecimentos e capacitações, mão de obra especializada, matérias primas e equipamentos, também contribuindo para o desenvolvimento do aglomerado produtivo (DINIZ; GONÇALVES, 2005).

Sobre o assunto de desenvolvimento regional, é também interessante destacar a abordagem do desenvolvimento sustentável. Segundo a definição clássica proposta pelo tratado de Brundtland (1987), o desenvolvimento sustentável é definido como sendo “o desenvolvimento que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem as suas necessidades e aspirações”, fazendo com que seja nítida esta visão que é baseada pelo princípio da equidade (SACHS, 2007; MARINI; SILVA, 2012).

#### *Arranjo Produtivo Local (APL)*

O arranjo produtivo local se caracteriza por aglutinações em um determinado espaço territorial, de empresas que possuam similaridades no setor de atuação, e que para um melhor desenvolvimento comum decidem



RELISE

13

adotar algumas práticas de cooperação entre si, visando absorver políticas econômicas e sociais especiais para sua atuação no mercado (OLIVEIRA; MARTINELLI, 2014b). Já em outra concepção, utilizada pelo BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), o Arranjo Produtivo Local é um aglomerado de pequenas e médias empresas que atuam em setores próximos, com uma localização espacial próxima e com características específicas que atraíam os olhares de políticas específicas para este arranjo (PASSADOR et.al., 2006).

Os atores dos arranjos produtivos locais se articulam, cooperam e interagem não somente com eles mesmos, mas também com outras firmas especializadas, produtoras de bens e serviços, podendo estes ser finais ou até mesmo de insumos para o produto final (GUALDA; SOUZA, 2005). A articulação entre firmas destes aglomerados produtivos, segundo Olivares e Dalcol (2010), é um instrumento de grande importância uma vez que é crucial para a sobrevivência das firmas no mercado globalizado, contribuindo sobretudo para o dinamismo econômico.

O número de empresas de um aglomerado produtivo costuma ser extenso e de porte variado. No entanto, micro e pequenas empresas prevalecem. Nesse sentido, uma vez que estas empresas são de pequeno porte, tornam-se frágeis caso decidam operar de maneira isolada.

Neste contexto, torna-se nítida a existência de inúmeros pontos de convergência em relação aos autores. Marini e Silva (2012), observando esta questão, resumem APLs citando algumas características que os diversos autores entram em consenso, como por exemplo: as aglomerações geográficas e setoriais das empresas são formadas geralmente por pequenas e médias empresas; existem outras instituições que pertencem ao aglomerado produtivo que fornecem apoio; apresentam vínculos interativos entre os agentes locais; existe a cooperação entre os agentes e tendem a buscar por ganhos de



RELISE

eficiência coletiva com a vantagem da existência de vantagens no processo de aglomeração.

As empresas que fazem parte destas aglomerações podem ser diversificadas, sendo produtoras de bens e serviços locais, fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços, clientes e outros. Elas podem se envolver em diversas formas de representação e associação. Estas aglomerações também podem envolver outras instituições públicas e privadas que fazem a capacitação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, política, promoção e financiamento (OLIVARES; DALCOL, 2010).

Oliveira e Martinelli (2012) ressaltam que a característica diversificada destes aglomerados faz também com que se estabeleçam parcerias entre os agentes, envolvendo ações cooperativas. Com isso, Britto (2004) afirma que o estabelecimento destas parcerias determina o crescimento da eficiência produtiva, desenvolvendo um ambiente favorável à competitividade entre os agentes, impactando na geração de qualidade de empregos, dinamizando o aglomerado econômico e contribuindo para a qualidade de vida das pessoas inseridas.

Em relação às vertentes de estudo acerca dos arranjos produtivos locais, Oliveira e Martinelli (2014) contribuem informando a existência de diversos tipos de estudos em relação aos arranjos produtivos locais. Podemos destacar: caracterização de APLs; redes; capital social; governança; inovação; cooperação; e desenvolvimento local.

## **METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento da pesquisa em questão, foi realizada uma pesquisa exploratória, que segundo Mattar (1996), deve ser utilizada quando o pesquisador deseja ampliar o conhecimento sobre o tema ou problema em questão. Essa busca pelo desenvolvimento do conhecimento sobre um tema



RELISE

15

deve ser realizada quando o pesquisador possui dois motivos básicos: curiosidade e desejo de entendimento rico sobre o fenômeno de interesse e interesse em estimar a viabilidade e o custo de uma investigação mais rigorosa ou extensa sobre o mesmo tema (POLIT; HUNGLER, 1987).

De maneira semelhante, Babbie (1986) sintetiza em três itens como a pesquisa exploratória pode contribuir para auxiliar o pesquisador atingir seus objetivos: satisfazer a curiosidade do pesquisador e o desejo de um melhor entendimento; estudar a viabilidade de se realizar um estudo mais cuidadoso; e desenvolver os métodos para serem utilizados em um estudo mais atento.

Aliado ao estudo exploratório, também se optou pela utilização do método de estudo de casos. Tal método, de acordo com Yin (1994), é recomendado para estudos em que se busca respostas ligadas ao como e ao porquê. Para tanto, foram aplicadas entrevistas em profundidade semiestruturadas em três atores:

- Ator 1: Gerente de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico - Fundação Instituto Polo Avançado da Saúde, responsável pelo desenvolvimento direto dos APL localizados na região de Ribeirão Preto.
- Ator 2: Coordenador de desenvolvimento regional e territorial na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, responsável pela execução da política pública de fomento aos arranjos produtivos locais).
- Ator 3: Professor associado da Faculdade de Tecnologia Jaú, responsável pela articulação das empresas envolvidas no APL de Jaú e grande conhecedor das características das empresas ligadas aos APLs.

Para realizar as análises do Programa de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais do Estado de São Paulo, como política pública estadual, foi utilizado o ciclo de políticas públicas proposto por Howlett, Ramesh e Pearl (2013), já destacado no referencial teórico, que se divide em: montagem da



RELISE

16

agenda, formulação da política; tomada de decisão; implementação da política e avaliação da política. Desta forma, o programa a ser destacado será caracterizado em todas suas etapas, com maior foco na avaliação administrativa da política, ou seja, de que forma o governo estadual consegue avaliar sua política, subdividida em: avaliação de processo; avaliação do esforço; avaliação do desempenho; avaliação da eficiência e avaliação da eficácia (HOWLETT, RAMESH e PERL, 2013; WU, et. al., 2014).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### *Ciclo de políticas públicas do Programa de Fomento aos APLs do Estado de São Paulo*

Para entender de maneira melhor a estrutura da política pública destinada aos arranjos produtivos locais, fez-se necessário desenhar a rede como acontece a estrutura da política pública Programa de Fomento aos APLs do Estado de São Paulo, conforme ilustrado pela figura 2.

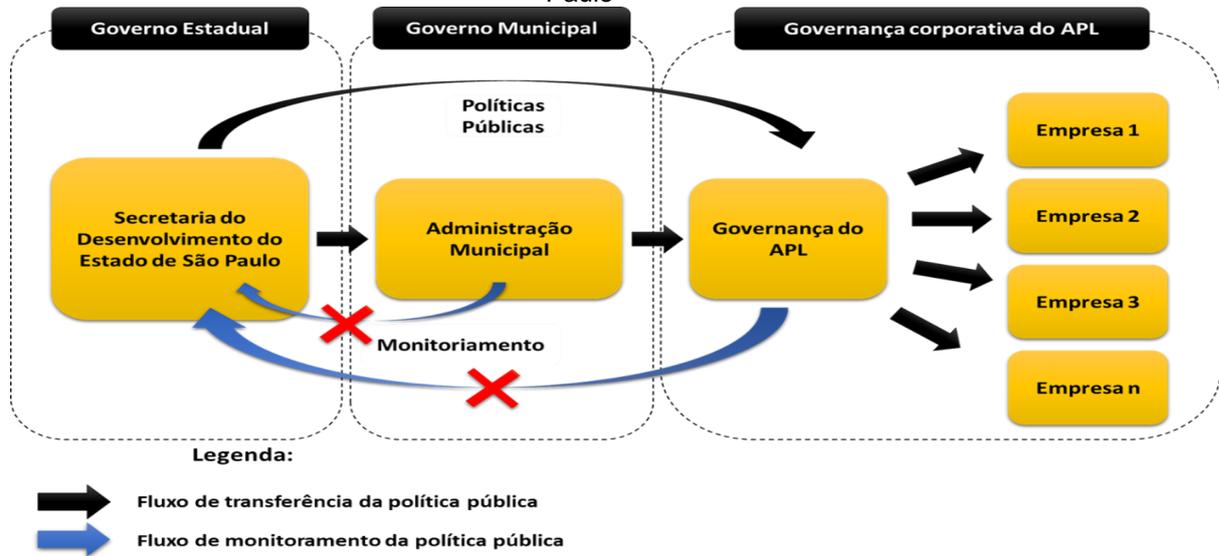
Assim, como é exibido na figura 2, a política pública acontece a partir da Secretaria do Desenvolvimento do Estado de São Paulo que, de acordo com o Ator 2, pode ser transferida tanto para o nível municipal quanto diretamente para a governança corporativa do APL e, conseqüentemente, para as empresas pertencentes a ele por dois meios: de maneira direta ao APL; ou através da administração municipal.



RELISE

17

Figura 2 - Fluxo da política pública do Programa de Fomento aos APLs do Estado de São Paulo



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

a) Identificação do problema, formação da agenda e formulação de alternativas

De acordo com o Ator 2, a política pública relacionada ao Programa de Fomento aos APLs do Estado de São Paulo surgiu a partir da necessidade de aumentar a competitividade das pequenas, médias e grandes empresas ligadas à cadeia produtiva de uma determinada região a fim de estimular o empreendedorismo o qual está ligado à interação e à cooperação entre estas empresas, descentralização do desenvolvimento produtivo à fim de fortalecer a economia regional e fomentar os projetos de desenvolvimento produtivo nos APLs do Estado de São Paulo (SECCHI, 2010).

Após a etapa da montagem da agenda das políticas públicas, dentro da formulação de alternativas, ficou definido que os recursos recebidos pelos arranjos produtivos locais deveriam ser destinados para adquirir equipamentos e maquinários, investimento em programas de capacitação, treinamentos e



RELISE

18

transferência de tecnologia, ajustes de infraestrutura e adaptação para o funcionamento do arranjo produtivo local.

#### b) Tomada de decisão e implementação

Os atores que podem aderir ao programa são partes interessadas para receber a política pública como os municípios paulistas, entidades públicas, entidades privadas sem fins lucrativos (as quais representam a classe ou apoio empresarial), universidades, institutos de pesquisa, instituições de desenvolvimento, inovação e centros de educação tecnológica, incubadoras de empresas, serviços sociais autônomos e outras entidades formalmente constituídas que colaboram para o desenvolvimento das APLs.

Como principais intenções e foco da política pública de fomento aos arranjos produtivos locais, o programa atende através da elaboração de projetos os quais devem ser elaborados de maneira a: atender demandas prioritárias dos APLs; apresentar contrapartida local; possuir impacto significativo para a competitividade das MPMEs (micro pequenas e médias empresas) do APL; e atingir horizontalmente toda a cadeia produtiva.

Em relação à destinação do investimento nos APLs proposto pela política pública, antes do ano de 2006, os recursos partiram do Banco Interamericano de Desenvolvimento visando a melhoria da competitividade dos APLs. Os atores que ficaram responsáveis por decidir quais eram os aglomerados mais estruturados capazes de receber o auxílio financeiro foram FIESP, SEBRAE e Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, compondo a rede paulista de APL.

A partir de 2006, a Secretaria do Desenvolvimento do Estado de São Paulo notou que existia a necessidade de melhoria não apenas da competitividade, mas também da estruturação, do programa de governo para



RELISE

19

APL, capacitação da mão de obra e inovação, de acordo com as especificidades de cada região.

Em relação à implementação da política pública, o Ator 2 relatou que existe verba, no entanto, muitos aglomerados ou APLs não se preocupam em enviar projetos ou, quando os enviam, desenvolvem de maneira inadequada.

c) Avaliação de políticas públicas.

Dentro desta etapa, foi identificado através das entrevistas que, apesar das políticas públicas e da transferência de verba através do Programa de Fomento aos APLs, não existe um *feedback* do que aconteceu de fato depois do auxílio ser transferido e investido. Tal fato pode ser observado na figura 2, mostrando que não existe o monitoramento do desenvolvimento dos APLs e tão pouco o monitoramento da administração municipal, no caso desta ser o destinatário da política pública.

De acordo com o Ator 2, não é possível elaborar indicadores através dos relatórios, uma vez que estes são qualitativos. A deficiência no monitoramento torna-se extremamente prejudicial inclusive para o programa de fomento uma vez que o orçamento está ancorado no ano anterior e, se não existem informações do benefício gerado, o orçamento para tal programa torna-se reduzido nas negociações da secretaria no próximo ano.

*Avaliação administrativa do Programa de Fomento aos APLs do Estado de São Paulo*

A avaliação administrativa debatida por diversos autores da literatura atual de administração pública é o processo com o qual pretende-se analisar se as políticas públicas atingiram suas metas da forma mais eficiente possível, ou seja, com os menores custos e prejuízos individuais para os cidadãos, respeitando os conceitos de justiça e cidadania, neste caso o Programa de



RELISE

Fomento aos APLs do Estado de São Paulo (HOWLETT, RAMESH e PERL, 2013; SECCHI, 2013; ENAP, 2014). Para realizá-la é necessário dividi-la em cinco modalidades, baseadas no modelo aplicado por Howlett, Ramesh e Perl (2013): de processo; de esforço; de desempenho; de eficiência; e de eficácia.

Ao final das avaliações realizadas frente ao Programa de fomento aos APLs no Estado de São Paulo pode-se estabelecer um quadro comparativo que demonstra de forma sintética o papel das categorias de avaliação administrativa para Howlett, Ramesh e Perl (2013) e como elas são executadas na política pública estudada.

Quadro 1 - Papel das avaliações x Programa de Fomento aos APLs (SP)

<b>Tipos de avaliação administrativa</b>	<b>Howlett, Ramesh e Perl (2013)</b>	<b>Programa de Fomento aos APLs no Estado de São Paulo</b>
Avaliação de processo	Examinar os métodos organizacionais, regras procedimento e processos.	Processos pouco definidos e claros, com poucos procedimentos estabelecidos, com destaque apenas para a documentação inicial para pleito ao apoio do programa.
Avaliação de esforço	Mensurar a quantidade de insumos investidos no programa.	Mensuração realizada através do controle frente ao apoio repassado aos APLs, apesar do processo pouco padronizado.
Avaliação de desempenho	Mensurar a quantidade de produtos gerados pelo programa.	Mensuração realizada através da contraprestação dos APLs para a SEDECTI, apesar do processo pouco padronizado.
Avaliação de eficiência	Avaliar o custo/benefício do programa.	Com algumas informações de desempenho não repassadas essa avaliação acaba por não ser realizada totalmente.
Avaliação de eficácia	Avaliar se o desempenho do projeto atingiu os objetivos estabelecidos pelo programa.	Avaliação não realizada pela SEDECTI.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política pública estadual de fomento aos APLs do Estado de São Paulo foi criada com o intuito de desenvolver regiões com potencial específico para determinadas características e atua por meio do incentivo financeiro, físico



RELISE

21

e pessoal. Esses incentivos estão sendo repassados de forma processual para os APLs, mas os retornos necessários para a avaliação da política pública não são calculados devido principalmente ao não estabelecimento de uma rede formada de contato entre os atores envolvidos na política e falta de padronização durante o processo de incentivo do governo estadual para os APLs.

Para resolução dos problemas encontrados nos resultados desta pesquisa será necessário o estabelecimento de procedimentos formais de exigência juntos aos APLs e municípios envolvidos no ciclo de políticas públicas, com o intuito de durante a execução do projeto e ao final do mesmo, a SEDECTI possuir informações que possam gerar as cinco avaliações necessárias para mensuração de uma política pública.

Outro ponto de atenção é a possibilidade da política pública de fomento aos arranjos produtivos locais entrar em extinção devido tanto à questão da mudança das pessoas responsáveis pelo programa na Secretaria do Desenvolvimento do Estado de São Paulo quanto aos problemas relacionados à falta de monitoramento e controle da política pública. Assim, uma vez que não é possível levantar quais são os retornos e benefícios reais do programa de fomento, poderá haver dificuldade em renegociar um novo orçamento nos próximos anos para este tipo de política pública desenvolvimentista.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n.especial, p.67-86, 2007.

BABBIE, E. **Indexes, scales, and typologies: the practice of social research**. 4 ed. Georgia: Wadsworth Pub, 1986.

BRITTO, J. Cooperação e aprendizado em arranjos produtivos locais em busca de um

Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 5, E. Especial, p.5-24, ago, 2020  
ISSN: 2448-2889



RELISE

22

referencial analítico. In: **Relatório de atividades do referencial conceitual, metodológico, analítico e propositivo** – RedeSist. Rio de Janeiro: UFRJ/Sebrae, 2004.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Orgs). **Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, p. 21-34, 2003.

DINIZ, C. C.; GONÇALVES, E. Economia do Conhecimento e Desenvolvimento Regional no Brasil. IN: DINIZ, C.C.; LEMOS, M. B. **Firma e Território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

GORAYEB, D. S. **Políticas para Aglomerações Setoriais de Pequenas Empresas: algumas reflexões**. 2002. 187 p. Tese de Mestrado em Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. 2002.

GUALDA, Nélio L. P.; SOUZA, João B. L. Identificação de possíveis Arranjos Produtivos Locais nos municípios que compõem a Associação de Municípios AMUSEP. **Anais I EMPREX**, 2005.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integral**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2013. p.1-20, 199-219.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 03 jan. 2015.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 5 ed. Campinas, SP: Editora Alínea, p. 19-45, 2012.

JORDAN, Andrew J.; TUMPENNY, John R. **The Tools of Policy Formulation: Actors, Capacities, Venues and Effects**. 2015.

MARINI, M. J.; SILVA, C. L. da. Desenvolvimento regional e arranjos produtivos locais: uma abordagem sob a ótica interdisciplinar. **Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional**, Taubaté, v. 2, n. 8, p.107-129, 2012.



RELISE

23

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: metodologia e planejamento. São Paulo: Atlas, 1996.

MATTOS, S.M.C.S. Arranjos produtivos locais como estratégia para o desenvolvimento local: o caso de Maracás. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 39, p. 131- 167, jul-dez., 2008.

OLIVARES, G. L.; DALCOL, P. R. T. Proposta de um sistema de indicadores para medir o grau de contribuição dos aglomerados produtivos para o desenvolvimento local e regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 6, n. 2, p. 188-218, 2010.

OLIVEIRA, Márcia Freire de; MARTINELLI, Dante Pinheiro. Negociação, Cooperação e Desenvolvimento Local sob uma Perspectiva Sistêmica: um estudo de caso no Arranjo Produtivo Local de Fruticultura de Jaíba-MG. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 29, p. 193-223, 2014a.

OLIVEIRA, Márcia Freire de; MARTINELLI, Dante Pinheiro. Desenvolvimento Local e Arranjos Produtivos Locais: uma revisão sistemática da literatura. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v.15, n. 1, p.47-58, jan./jun, 2014b.

PASSADOR, Cláudia Souza; PASSADOR, João Luiz; ROSA, A. B. S.; ALVES, Thiago. Arranjo Produtivo Local de Aquicultura do Baixo São Francisco. In: II Encontro de Administração Pública e Governança - **EnAPG, 2006**, São Paulo. Anais do II Encontro de Administração Pública e Governança, 2006.

POLIT, D. F.; HUNGLER, B. P. **Nursing research**: principles and methods. 3.ed., London, Lippincott, 1987.

SACHS, I. A revolução energética do século XXI. **Estudos Avançados**, v. 21., n. 59, p. 21-38, 2007.

SANTANA, J.A. de; MARQUES, D.S.P. Programa Estadual de Fomento aos arranjos produtivos locais do Estado de São Paulo. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental jul-dez 2014**. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, p. 103-107, 2014.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, v. 133, p.1-77, 2010.



RELISE

24

SEDECTI. Secretaria de desenvolvimento econômico, ciência, tecnologia e inovação do governo do estado de são Paulo. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/>>. Acesso em 30 dez. 2014.

WU, X.; RAMESH, M.; HOWLETT, M.; FRITZEN, S. **Guia de políticas públicas**: gerenciando processos. Brasília: ENAP, 2014.

YIN, Robert K. **Case study research**: design and methods. 2ª edição. Londres: Sage. 171p, 1994.